



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ**

**CENTRO DE HUMANIDADES  
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA – KUABA**

**CARMELITA SILVA ROCHA  
MARIA CRISTINA DA SILVA  
MARIA IVONÊS BERNARDO DA SILVA**

**A LUTA PELOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS PITAGUARY, KANINDÉ  
DE ARATUBA E KANINDÉ DE CANINDÉ.**

**FORTALEZA - CEARÁ**

**2022**

CARMELITA SILVA ROCHA  
MARIA CRISTINA DA SILVA  
MARIA IVONÊS BERNARDO DA SILVA

A LUTA PELOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS PITAGUARY, KANINDÉ DE  
ARATUBA E KANINDÉ DE CANINDÉ.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado à Licenciatura Intercultural  
Indígena Kuaba da Universidade Federal do  
Ceará, como requisito parcial para a  
obtenção do título de licenciado.

Orientador: Prof. Dr. Antonio George Lopes  
Paulino.

FORTALEZA – CE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- D11 DA SILVA, MARIA IVONES BERNARDO DA SILVA, CARMELITA SILVA ROCHA, MARIA CRISTINA DA SILVA.  
A LUTA PELOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS PITAGUARY, KANINDÉ DE ARATUBA E KANINDÉ DE CANINDÉ. / MARIA IVONES BERNARDO DA SILVA, CARMELITA SILVA ROCHA, MARIA CRISTINA DA SILVA DA SILVA. – 2022.  
45 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Licenciatura Intercultural Indígena Kuaba, Fortaleza, 2022.  
Orientação: Prof. Dr. ANTONIO GEORGE PAULINO.
1. TRAJETÓRIA. 2. INDÍGENA. 3. INTERCULTURAL. 4. TRADICIONAIS. 5. A LUTA PELOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS PITAGUARY, KANINDÉ DE ARATUBA E KANINDÉ DE CANINDÉ. I. Título.
- 

CDD 305.898098131

CARMELITA SILVA ROCHA  
MARIA CRISTINA DA SILVA  
MARIA IVONÊS BERNARDO DA SILVA

A LUTA PELOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS PITAGUARY, KANINDÉ DE  
ARATUBA E KANINDÉ DE CANINDÉ.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado à Licenciatura Intercultural  
Indígena Kuaba da Universidade Federal do  
Ceará, como requisito parcial para a  
obtenção do título de licenciado.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino – Orientador  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Jean Souza dos Anjos – Examinador  
Doutorando em Sociologia  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

---

Antonio Renaldo Gomes Pereira – Examinador  
Doutorando em Antropologia  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Dedicamos este trabalho de término de curso às nossas famílias, que estiveram ao longo desses 12 anos ao nosso lado, e aos que também se encantaram. À professora Denise, que lecionou de forma voluntária e que hoje está na encantaria vendo nossa vitória. Também a todos os povos indígenas do estado do Ceará, que com humildade e resistência lutam em busca de melhorias para suas comunidades, encorajando-nos cada dia a seguirmos em frente e buscarmos melhorias para nossas aldeias.

## AGRADECIMENTOS

Por vezes os agradecimentos são considerados óbvios e necessários, pois depois de muitas lutas ao longo desses anos de curso, podemos apresentar um pouco das conquistas que nós enquanto povo vivenciamos em nossas aldeias.

Agradecemos em primeiro lugar ao nosso pai Tupã (Deus), que em todos os momentos esteve conosco, nos proporcionando saúde e forças a cada dificuldade encontrada, nos mostrando que seríamos capazes. Alegrando-nos a cada momento conquistado e que nos sustentou na fé até esse término de curso, permitindo os acontecimentos de cada momento desse processo.

Em segundo lugar, agradecemos às nossas famílias, pois em vários momentos tivemos que nos ausentar de casa para que conseguíssemos alcançar e finalizar com sucesso cada disciplina. Pelo incentivo de cada dia em dizer que tudo ia dar certo.

Ao coordenador do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena – KUABA, Kleber Saraiva, que muito fez com sua humildade, conhecimento da realidade dos povos indígenas e pelo incentivo a cada momento difícil que junto com todos tentou contornar.

Aos nossos mestres, que muito nos ensinaram. Que nos encorajaram em vezes que pensávamos que não íamos conseguir. No incentivo de aprendizagem e no incentivo de podermos repassar para nossas comunidades indígenas os conhecimentos que em cada disciplina adquiríamos.

Ao nosso orientador Antonio George Lopes Paulino, pelo apoio para o desenvolvimento deste trabalho, nos repassando seus conhecimentos, forças e confiança para seguirmos em frente.

Agradecemos também à deputada estadual Fernanda Pessoa, que muito contribuiu para que a cursista Maria Cristina da Silva pudesse chegar a esse término de curso.

## HOMENAGEM À PROFESSORA FRANCISCA DENISE SILVA VASCONCELOS

*(in memoriam)*

Referência nacional e amiga de todos, principalmente dos povos indígenas do Ceará, Francisca Denise Silva Vasconcelos foi professora da Universidade Federal do Ceará. Ótima Educadora, defensora dos direitos indígenas e LGBTQIA+, supermãe, esposa dedicada e amiga, Denise contagiou a todos nós com a sua alegria. Simpática, carinhosa e uma orientadora excelente. Partiu precocemente, deixando tristes nossos corações. Encantou-se e vai viver para sempre em nossas mentes e lembrada onde quer que a gente vá. Obrigada, Denise, por fazer parte de nossas vidas.



Imagem 1: Professora Denise Vasconcelos

Fonte: facebook Maria Denise

*Tudo na terra tem um propósito, para cada doença uma erva para curar, cada pessoa uma missão para cumprir. Esta é a concepção dos índios sobre a existência.*

*Christine Quintasket (índia Salish)*

## RESUMO

O presente trabalho mostra um pouco da trajetória sobre a luta pelo direito dos povos indígenas pitaguary, kanindé de aratuba e kanindé de Canindé e a história da educação escolar indígena desses povos e a grande importância da valorização e utilização da medicina tradicional ainda utilizada por esses povos, como também a cura feita por rezadeiras (Que são as mulheres que rezam com a utilização de ramos) e curandeiros (que são os que curam através da fé espiritual) dentro da aldeia.

Nesse contexto há uma afirmação à identidade étnica de cada um desses povos proporcionando o acesso aos conhecimentos importantes para cidadania, como destaca a história de cada um desses povos.

Os indígenas devem ter autodeterminação de administrar e fortalecer sua cultura e a própria história pois os mesmos lutam em suas aldeias para reconhecimento e demarcação de suas terras, educação intercultural específica e diferenciada indígena e a cura através da medicina tradicional.

Foram muitas as dificuldades encontradas por esses povos indígenas para a conquista e o direito à viver em suas terras e ter o fortalecimento através de uma educação diferenciada indígena e de qualidade.

**Palavras-chave:** trajetória, indígena, intercultural, tradicionais.

## ABSTRACT

### RESUME

The present work shows a little of the history of the struggle for the rights of the Pitaguary, Kanindé de Aratuba and Kanindé de Canindé indigenous peoples and the history of the indigenous school education of these peoples and the great importance of valuing and using traditional medicine still used by these peoples , as well as the healing done by rezadeiras (they pray with the use of branches) and healers (healing through spiritual faith) inside the village.

In this context, there is an affirmation of the ethnic identity of each of these peoples, providing access to important knowledge for citizenship, as highlighted by the history of each of these peoples.

Indigenous peoples must have self-determination to manage and strengthen their culture and their own history, as they fight in their villages for recognition and demarcation of their lands, specific and differentiated indigenous intercultural education and healing through traditional medicine.

There were many difficulties encountered by these indigenous peoples for the conquest and the right to live in their lands and to be strengthened through a differentiated indigenous and quality education.

.

Keywords: trajectory, indigenous, intercultural, traditional.

## **LISTA DE SIGLAS**

ADELCO. (ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL CO- PRODUZIDO).

CREDE. (COORDENADORIA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO).

PPP: (PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO)

AIKA. (ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KANINDÉ DE ARATUBA).

SEDUC. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ).

IDEB:(ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA).

FUNAI:( FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS).

STN (SISTEMA DE TRANSMISSÃO DO NORDESTE S/A).

TI (TERRA INDÍGENA).

KUABA (LUGAR DE CONHECIMENTO).

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Professora Denise Vasconcelos

Imagem 2: Ocupação da FUNAI por grupo Pitaguary.

Imagem 3: O mapa ancestral Pitaguary identifica a divisão das seis aldeias existentes na localidade - onde moram mais de 4 mil indígenas (Foto: Divulgação)

Imagem 4: Mapa de onde está localizado a aldeia Kanindé de Aratuba e Kanindé de Canindé.

Imagem 5: Cacique José Maria Pereira dos Santos, conhecido por Cacique Sotero.

Imagem 6: Expedito Oliveira Rocha (in memoriam) Cacique da aldeia Kanindé de Canindé.

Imagem 7: Escola Indígena Povo Pitaguary Fonte: Maria Cristina

Imagem 8: Escola Indígena Chuí. Maracanaú, CE. Fonte: Leiliane Maria Alves da Silva, 2021.

Imagem 9: : Escola Indígena Ita-Ára

Imagem 10: Evolução do IDEB Fonte: IDEB 2021, INEP

Imagem 11: Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos.

Imagem 12 Elenilson Gomes Dos Santos- Professor Indígena do povo Kanindé de Aratuba.

Imagem 13: Terezinha Barroso (in memoriam) agente de saúde, catequista e Professora Indígena.

Imagem 14: Escola Indígena Expedito de Oliveira Rocha

Imagem 15: Expedito De Oliveira Rocha.

Imagem 16: Dona Isaura Barroso.

Imagem 17: Elizabete Fidelis da Silva.

Imagem 18: Orlangela Da Silva Monteiro mostrando a garrafada (remédio caseiro).

Imagem 19: Maria Célia Ramos Vieira mostrando o ramo(mato).

Imagem 20: Célia Rezando para espinhela caída.

Imagem 21: Raimundo Carlos da Silva (Pajé Barbosa).

Imagem 22: Joaquina Helena de Sousa Silva.

## Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	13
2. PONTOS COMUNS E ESPECIFICIDADES DOS ASPECTOS HISTÓRICOS DA LUTA PELOS DIREITOS DOS POVOS PITAGUARY, KANINDÉ DE ARATUBA E KANINDÉ DE KANINDÉ.....	16
2.1 MARCO HISTÓRICO PITAGUARY, KANINDÉ DE CANINDÉ E KANINDÉ DE ARATUBA.....	17
2.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA PITAGUARY, KANINDÉ DE ARATUBA E KANINDÉ DE CANINDÉ .....	21
2.3 MEDICINA TRADICIONAL DOS POVOS INDÍGENAS PITAGUARY, KANINDÉ DE ARATUBA E KANINDÉ DE CANINDÉ.....	32
3. CONCLUSÃO .....	
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	

## 1. INTRODUÇÃO

Esta cartilha é uma pequena amostra que destaca um pouco da história da luta pelos direitos dos povos indígenas Pitaguary do município de Maracanaú e do povo Kanindé, dos municípios de Aratuba e Canindé, produzida por nós, alunas do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena - KUABA.

A proposta deste trabalho é contribuir para o fortalecimento da história desses povos no estado do Ceará. Para isso, organizamos os capítulos da cartilha de forma que se destaca um pouco sobre o marco histórico de cada povo citado anteriormente, o processo da educação escolar indígena, o uso da medicina tradicional e as práticas de saúde dos curandeiros e rezadeiras nessas aldeias.

Essas populações vêm crescendo ao longo dos anos. Contudo, há indígenas aldeados (são os que residem dentro da aldeia) e desaldeados (os que residem fora das aldeias que por algum motivo teve que se ausentar para trabalhar fora, casamento ) logo, os mesmos necessitam de uma educação específica e diferenciada. Sendo que muitos também ainda fazem uso da medicina tradicional e da cura através dos curandeiros, buscando por vezes uma cura alternativa.

Este estudo traz subsídios para que se compreendam os avanços que houve nos últimos anos em relação ao que significa a luta pelo território indígena. A história dessas populações é uma marca da constante pressão social e política pela valorização e reafirmação de seus direitos e da identidade étnica.

Nesse sentido, o trabalho realizado pela educação escolar indígena é um processo formativo para os curumins educandos, estimulando sua percepção sobre seu papel como elemento importante e integrador na comunidade indígena. Um tópico bem relevante e de fortalecimento cultural é a utilização e valorização da medicina tradicional como conhecimentos de curas com o manejo de ervas e da espiritualidade, através dos curandeiros ou curador (Que são capazes de realizar cura através da espiritualidade, com a contribuição dos espíritos de luz, seres encantados). Em outras aldeias são chamadas de rezadeiras ou rezadores que se utilizam da fé e da reza em muitos dos casos com ramos de plantas medicinais para realizar a cura em pessoas ou animais.

A luta por reconhecimento e a valorização étnica desses povos tem como uma das principais metas a manutenção das especificidades culturais que são repassadas de pais

para filhos e dentro das escolas indígenas, que ensinam também os saberes da sociedade, articulando a educação indígena e os conhecimentos abrangentes do nosso país.

Essa organização dos povos indígenas para a luta por seus direitos assegura e fortalece a tradição e o modo de ser indígena, ensinando e aprendendo os elementos, costumes e tradições para uma relação positiva com outras sociedades.

A Educação Escolar Indígena dentro das aldeias ou etnias deve ser, necessariamente, específica, diferenciada e intercultural. Esses Povos têm um contato muito próximo com a cidade. Por esse motivo torna-se mais difícil manter os costumes e tradições indígenas e ensinar a língua materna, pois essas etnias tiveram a língua materna perdida desde as gerações passadas, mas utilizam a cultura e a própria história junto com outras disciplinas convencionais em suas escolas, apesar de ainda não possuírem um currículo diferenciado, próprio e específico para a educação escolar indígena.

Com a história e a identidade étnica trabalhadas nas escolas indígenas, tem-se o fortalecimento desses repasses para as novas gerações. Junto a essa valorização histórica, as ciências também devem ser valorizadas, garantindo aos indígenas e às suas comunidades, o acesso às informações, aos conhecimentos técnicos, científicos e culturais da sociedade, sejam eles indígenas ou não.

Dessa forma, os indígenas deixam de ser considerados como uma categoria social em processo de extinção e passam a ser respeitados como grupos étnicos diferenciados, com seus costumes, crenças, direitos preservados na realidade indígena e um fortalecimento da troca de experiências e conhecimentos entre os indígenas que ensinam e os que aprendem.

Nossa vivência na Licenciatura Intercultural Indígena KUABA agregou conhecimentos teóricos para a aplicação de conceitos que já conhecíamos como povo inserido na luta pela demarcação das terras e pelos demais direitos indígenas. Esta cartilha cultural não atende ao propósito de uma reflexão teórica sobre os temas abordados, mas sim, busca ser um instrumento pedagógico, com linguagem acessível ao público escolar.

No entanto, compreendemos que todos os elementos aqui referidos ao processo de reconhecimento de que não somos povos extintos e que não estamos em extinção, constituem a base cultural da nossa afirmação, da nossa identidade, da nossa relação com a terra, legitimando nosso direito histórico e constitucional ao território (KOLLING; SILVESTRI, 2019; OLIVEIRA, 2004), em defesa de tudo o que expressa nossa territorialidade (LITTLE, 2002).

Aqui o conceito de territorialidade tem também uma função metodológica, haja vista que entre as vias de acesso aos dados da pesquisa que precede a elaboração da cartilha, destacamos a escuta dos nossos troncos velhos, guardiões da memória, e das nossas lideranças, com o objetivo de termos materiais escritos das oralidades dos mais velhos. Assim, ressaltamos a importância de se divulgar histórias ricas e tradicionais desses povos. Quando nos referimos à oralidade, estamos falando do conhecimento que adquirimos ouvindo os mais velhos ou guardiões da memória como são chamados em suas aldeias, as lideranças políticas e espirituais. Podemos dizer que as histórias narradas em diferentes momentos por esses guardiões da memória agenciaram em nós o entendimento da memória também como força criativa, como trabalho, o que na acepção de Maurice Halbwachs (1990) compreende a memória como exercício da lembrança e também do esquecimento acionados por dispositivos que são as interpelações do presente.

A construção da cartilha foi pensada e discutida em equipe para os objetivos que seriam traçados e as metas de trabalho. No planejamento dos trabalhos, dividimos e organizamos as etapas:

Na primeira etapa decidimos acerca do tema a ser trabalhado: A luta pelos direitos dos povos indígenas Pitaguary, Kanindé de Aratuba e Kanindé de Canindé. Na segunda etapa definimos os objetivos da cartilha.

A terceira etapa consistiu na definição dos aspectos relacionados à pesquisa desenvolvida para a formação da cartilha, sobre os pontos comuns e as especificidades dos aspectos históricos da luta pelos direitos dos povos indígenas Pitaguary, Kanindé de Aratuba e Kanindé de Canindé.

Na pesquisa, observamos também o papel da educação escolar indígena no fortalecimento da história desses povos. E buscamos dados para a descrição do uso da medicina tradicional pelos curandeiros dentro das aldeias.

Sintetizamos, no formato de cartilha, o conhecimento que temos dessas lutas históricas e dos elementos da nossa territorialidade acima mencionados. Narramos com nossa própria voz, numa narrativa de segunda mão, já que, dada a exiguidade do tempo que tivemos para a realização deste trabalho, optamos por não transcrever entrevistas e falas.

Pensamos na divulgação desse material para enriquecer e fortalecer a cultura desses povos tradicionais, destinando esse conhecimento também a todo o público que busque pesquisas e conhecimentos relacionados aos povos indígenas.

## **2. PONTOS COMUNS E ESPECIFICIDADES DOS ASPECTOS HISTÓRICOS DA LUTA PELOS DIREITOS DOS POVOS PITAGUARY, KANINDÉ DE ARATUBA E KANINDÉ DE CANINDÉ.**

Dada a forma de organização social dos povos indígenas Pitaguary, Kanindé de Canindé e Kanindé de Aratuba, tais povos deixam de ser considerados como uma categoria social em processo de extinção e buscam o fortalecimento para que sejam reconhecidos como seres humanos que valorizam seus conhecimentos étnicos diferenciados e suas crenças, para que esses conhecimentos sejam preservados e respeitados dentro e fora das aldeias.

Nessa direção, a educação escolar indígena aos poucos foi se expandindo na história desses povos. Povos que tiveram à frente lideranças que enfrentaram grandes desafios para que se conseguissem construir uma escola indígena e diferenciada dentro da aldeia, que pudesse abordar os costumes e tradições desses povos. Nos três povos, essa luta engrandeceu e fortaleceu os territórios, como forma de troca nas vivências e na formação dos indígenas, procurando resistir e evidenciar a história desses povos em face das exigências emanadas de uma sociedade globalizada e ativa. Assim, a luta foi capaz de promover ações que oportunizaram a aquisição do saber e o desenvolvimento de habilidades e competências na realidade indígena.

Existe nesse caso, uma troca de experiências e conhecimentos bem específicos entre esses povos indígenas. Há uma linda troca de experiências entre os indígenas que ensinam e os curumins que aprendem, sendo eles crianças, jovens, professores ou guardiões da memória, que muito trazem da história principalmente na parte de plantas medicinais. A medicina que vem da terra. Essas três etnias desenvolvem um trabalho de repasse de pais para filhos com o conhecimento das plantas medicinais, deixando um pouco de lado o remédio de farmácia que vem de laboratórios e valorizando as plantas que curam dentro da própria aldeia assim como os conhecimentos repassados pelos curandeiros para cura através da fé (ANDRADE; SOUSA, 2016).

Nessa cartilha será destacado um pouco do marco histórico do povo Pitaguary que tiveram como pioneiro na história desse povo cacique Daniel (in memoriam) que deu

início a todo pensamento de fortalecimento do povo Pitaguary e aos poucos foi conseguindo engajar pessoas e junto de novas lideranças deram início ao reconhecimento da terra, a luta para a conquista de uma educação diferenciada que foi um processo bem persistente e resistente através dos profissionais de educação e as lideranças que a frente estavam como Maria Madalena Braga da Silva, Maria da Conceição Alves Feitosa e a valorização dos curandeiros e rezadeiras dentro da aldeia .

Ao longo da cartilha a história dos Kanindé vai se misturar com a sua origem e luta pela identidade étnica e cultural, pois os Kanindé tem sua história marcada por grandes conquistas e identificação. O processo de identidade dos Kanindé inicia pela ida do cacique Sotero e a liderança Cicero Pereira à cidade de Maracanaú para uma assembleia geral onde todos os povos indígenas do Ceará estavam reunidos para uma conversa sobre etnia e identidade. E segundo relatos de lideranças indígenas Kanindé. Lá foi o pontapé inicial para se organizarem enquanto povo Indígena. Assim como a história dos Kanindé remonta a um chefe Indígena chamado Canindé, que ao longo dessa cartilha percebe-se a importância dele para a construção da etnia enquanto povo da aldeia Fernandes.

## 2.1 Marco histórico Pitaguary, Kanindé de Canindé e Kanindé de Aratuba



**Imagem 2:** Ocupação da FUNAI por grupo Pitaguary.

Fonte: Joceny Pinheiro, Setembro 2006, Fortaleza-CE

Os indígenas Pitaguary fazem parte da família linguística Tupi Guarani. São um dos 14 povos reconhecidos do estado do Ceará e, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por volta do ano de 1722, os Pitaguary da Aldeia Nova obtiveram duas datas de sesmaria, uma nas serras do Pitaguary e outra no serrote da Ypioca

(<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo: Pitaguary>) que fica às margens de limites da terra indígena.

Em 1854, indígenas registraram na freguesia de São Sebastião de Maranguape (no cartório de Maranguape), a posse coletiva do terreno de nome Santo Antônio do Pitaguary. A etnia fica localizada nos municípios de Maracanaú e Pacatuba, sendo dividida em quatro comunidades que são: Santo Antônio do Pitaguary, Olho D'água, Horto, no município de Maracanaú e Monguba no município de Pacatuba.



Imagem 3: O mapa ancestral Pitaguary identifica a divisão das seis aldeias existentes na localidade - onde moram mais de 4 mil indígenas (Foto: Divulgação)

Fonte: <https://www.radiouniversitariafm.com.br/noticias/mapa-da-terra-demarcada-e-territorio-indigena-ancestral-pitaguary/>

De acordo com dados da FUNAI, os Pitaguary foram visitados pela mesma no ano de 1997 com a finalidade de tratar de assuntos relacionados à demarcação da terra. Nesse mesmo ano foi realizado um estudo etnoecológico (estudo da terra pitaguary), bem acompanhado por indígenas local, reforçando e identificando os espaços da terra.

Para esse estudo houve ampla participação da comunidade, com pessoas de conhecimento dos limites da terra e conhecedores da fauna e da flora local, dando início ao processo de demarcação de território.

A etnia Pitaguary atualmente aguarda o processo de delimitação, momento de espera e expectativas para essa comunidade indígena que possui uma área de 1.735,60 hectares de terra e uma população de aproximadamente quatro mil e quinhentos indígenas que moram dentro da terra indígena e em seus arredores. É um território utilizado para plantios, espaços de preservação, criação de animais e rituais (momentos de conexão com a natureza e os encantados), que são realizados nos terreiros sagrados.

## Kanindé de Canindé

Os Kanindé estão localizados nos municípios de Canindé (sertão central) e Aratuba (serra de Baturité). Eles têm a história marcada por um longo processo de migrações forçadas e vêm mantendo, apesar dessa dispersão, laços de parentesco e sociabilidade que unem as comunidades do Sítio Fernandes e da Serra da Gameleira, as quais compõem a etnia.

A origem histórica da etnia Kanindé remete ao chefe Kanindé, principal da tribo dos Janduís, que liderou a resistência de seu povo no século XVII, obrigando o então rei de Portugal a assinar com ele tratado de paz, firmado em 1692, mas descumprido por parte dos portugueses. Como ocorria com muitos agrupamentos nativos, seus descendentes passaram a ser conhecidos como Kanindé, alusão ao chefe e à ancestralidade.

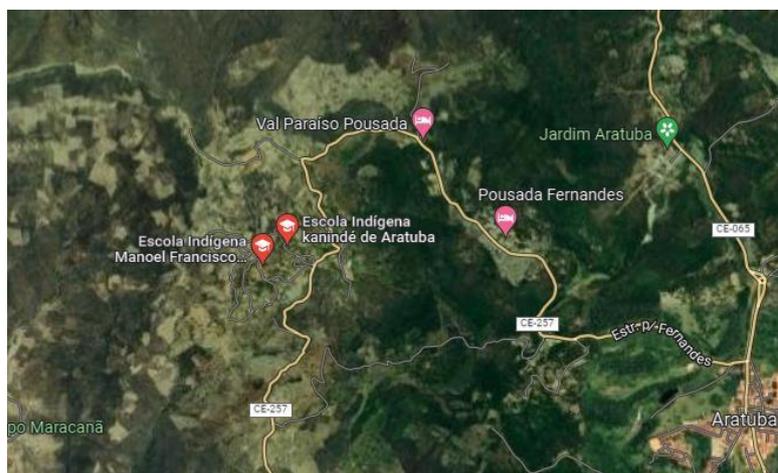


Imagem 4: Mapa de onde está localizado a aldeia Kanindé de Aratuba

Fonte: <https://www.bing.com/images/search>

Segundo a tradição oral, os Kanindé vieram da região do atual município de Mombaça, passando por Quixadá, pelas margens do rio Curu, entre os rios Quixeramobim e Banabuiú, junto aos seus parentes Jenipapo, antes de alcançar os seus locais de morada atuais. Chegaram ao Sítio Fernandes, vindos da serra da Gameleira, também conhecida como serra do Pindá, em Canindé, por conta de secas, como a de 1877, e invasões de suas terras por posseiros criadores de gado. Traço cultural herdado dos ancestrais, a cultura da caça também se materializa na existência dos Kanindé.



Imagem 5: Cacique José Maria Pereira dos Santos, conhecido por Cacique Sotero.

Fonte: Foto tirada pelo filho Suzenilson Da Silva Santos, na aldeia Fernandes.



Imagem 6: Expedito Oliveira Rocha (in memoriam) cacique da aldeia Kanindé de Canindé.

Fonte: Imagem Carmelita Silva Rocha

### **Etnia Kanindé de Aratuba**

A história de luta dos índios Kanindé por seus direitos teve início no ano de 1995, com a conquista da chamada *terra da gia*, local utilizado para o plantio de legumes pelos índios Kanindé. É uma área de 300 hectares de terra que iria ser incluída na desapropriação para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) da Fazenda Alegre. Foi um período de muitos conflitos, pois os agricultores da Fazenda Alegre reivindicavam essa área afirmando que os índios não a utilizavam para habitação. (**QUEM SOMOS | escola-kaninde (kanindeescola.wixsite.com)**).

As pessoas mais velhas da comunidade contam que antes de 1995 ainda não tinham se declarados índios por medo de represálias e preconceitos, pois seus pais haviam repassado para eles quando crianças que os “brancos” matavam os índios, assim permaneceram no anonimato até essa data.

Segundo a Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido (ADELCO), o Povo Kanindé vive no município de Aratuba, organizado em duas aldeias: Fernandes e Balança. Ao contrário dos Kanindé da Gameleira, possuem melhores condições climáticas e cultivam principalmente hortaliças e leguminosas, haja vista que habitam uma região serrana. Em 1996, inauguraram o Museu Indígena do Povo Kanindé, constituindo-se como forte instrumento de afirmação étnica desse povo. Apesar de contarem com vários tipos de artefatos no acervo museológico, os Kanindé se destacam principalmente na produção de peças de madeira. (<https://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/06/artigo-SEMIC>. 2018).

## **2.2 Educação Escolar Indígena Pitaguary, Kanindé de Aratuba e Kanindé de Canindé**

Falar da educação escolar indígena é citar reconhecimento, fortalecimento e afirmação cultural desses povos. A Educação Escolar Indígena foi e continua a ser a maior afirmação aos povos indígenas de suas memórias históricas, na reafirmação indenitária relacionado a identidade étnica, assim também como na valorização de suas línguas e cultura.

A Educação Escolar Indígena aos poucos foi se expandindo na história desses povos que tiveram fortes lideranças a frente dessa luta pela escola indígena e diferenciada dentro da aldeia.

A luta foi por uma escola voltada para a valorização dos costumes e tradições desses povos como meio de fortalecimento. Vale ressaltar aqui alguns pontos comuns e as especificidades dos aspectos históricos e a busca pelos direitos dos povos indígenas aqui destacados.

O processo de educação escolar indígena teve início nas aldeias embaixo de árvores, porque os indígenas não tinham espaços para repassarem os seus ensinamentos. Viu-se a necessidade dessas populações indígenas em uma educação diferenciada, que transmitisse aos curumins (crianças indígenas) os ensinamentos tradicionais, ou seja os conhecimentos repassados de geração por geração.

Assim se deu o processo de repasse dos costumes, tradições e crenças vivenciadas pelos guardiões da memória, que são as pessoas sábias(idosos) de uma aldeia ou tribo.

Fomentando-se a organização dessas comunidades indígenas para a valorização, transmissão e continuidade de seus conhecimentos, fez-se necessário reunir voluntários nas casas das lideranças para ensinar aos curumins (crianças indígenas) a educação diferenciada e tradicional desses povos, repassando vivências e oralidades das pessoas importantes e conhecedoras das histórias ancestrais das aldeias.

Depois de uma grande luta, os povos começaram a se organizar para o crescimento e fortalecimento da educação escolar indígena com a finalidade de garantir um espaço para a construção de escolas nas aldeias e assim dar continuidade aos passos da Educação Escolar Indígena.

### **Educação Escolar Indígena Pitaguary**

A conquista da educação escolar indígena Pitaguary foi um longo processo de discussões e fortalecimento. Lideranças e guardiões da memória (os mais idosos da aldeia) reunidos perceberam a necessidade da recuperação da identidade indígena através da educação escolar indígena, para que pudessem acompanhar de perto o processo de construção histórica junto com a nova geração de curumins. Sonhavam conquistar o direito de uma escola diferenciada, multicultural e comunitária, sendo protagonistas da própria história com iniciativas próprias da comunidade.

A Constituição Federal assegura às comunidades indígenas o direito de uma educação escolar diferenciada, com a utilização da língua materna e os processos próprios de aprendizagem. Diante desse aspecto legal, a etnia Pitaguary, depois de iniciado o movimento indígena pela conquista da terra, voltou a atenção para a educação escolar indígena, pois havia na comunidade de Santo Antônio do Pitaguary uma única escola convencional, onde lecionavam apenas não índios e a direção não era indígena. Por falta de opção, os indígenas estudavam nessa escola sem nenhum repasse da cultura indígena local.

Cientes dessa demanda e preocupados com a sustentação da identidade étnica, as lideranças procuraram divulgar o propósito de se ter na aldeia uma escola indígena diferenciada, que contratasse professores índios capazes de fortalecer a recuperação da história e da cultura indígena.

Daí surgiu por iniciativa das lideranças Pitaguary, uma primeira experiência com a professora Maria Madalena Braga da Silva, que lecionava embaixo dos benjamins.

Posteriormente, uma Organização Não Governamental (ONG) denominada Aliança Comunitária, fez uma doação para a construção de um prédio próprio, que foi denominado de CUABA, que significa (casa de conhecimentos). O prédio foi construído na Aldeia Nova, uma das aldeias da comunidade de Santo Antônio do Pitaguary.

Depois de construído, era perceptível a alegria nos rostos das lideranças e dos guardiões da memória, a satisfação de ver o fortalecimento da nossa história.

Depois da escola construída, foi inaugurada e passou a funcionar. No entanto, no prédio grande foram encontradas rachaduras por conta de um formigueiro sobre o qual a escola foi estruturada. Infelizmente, por falta de apoio para uma melhor adequação, a escola teve sua estrutura comprometida.

Professores voluntários que iniciaram esse trabalho, como Jeová da Silva Ferreira, Maria Madalena Braga da Silva e Maria da Conceição Alves Feitosa, entristeceram junto com seu povo, mas a vontade de fortalecer o movimento pela educação escolar indígena foi bem maior. Pensaram e resolveram dar continuidade aos trabalhos em um prédio onde funcionavam escritórios da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará (EPACE), localizado na Aldeia Central, e lá deram continuidade à escola indígena CUABA no prédio desocupado, visando não perder um trabalho de recuperação histórica que já havia sido iniciado.

A persistência desses professores e o movimento indígena Pitaguary repercutiram tão forte no município de Maracanaú, que o prefeito à época, Júlio César Costa Lima, no ano de 2002 acabou aceitando dialogar com os indígenas e assinou um decreto de apoio à Educação Escolar Indígena Pitaguary, mas desde que se firmasse uma parceria entre município e estado. Acordou-se que a prefeitura de Maracanaú, através da Secretaria de Educação, ficaria responsável pela gestão, e o governo do estado, com a contratação de professores.

A escola situada na comunidade de Santo Antônio do Pitaguary, zona rural do município de Maracanaú, foi criada pelo decreto nº 194/2002 e pertence à rede Municipal de Ensino da Prefeitura de Maracanaú. É subordinada técnica e administrativamente à Secretaria Municipal de Educação, atuando em regime de colaboração com a Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará, conforme o parecer nº 875/2004, com inscrição no Censo Escolar do MEC sob o código N° 230.79614.



Imagem 7: Escola Indígena Povo Pitaguary

Fonte: Maria Cristina

Daí então veio a criação da escola Chuí, que foi iniciada em um prédio onde no passado havia um criatório de abelhas. Em seguida, veio a escola Ita-Ára, que foi instalada dentro de uma sala em uma escola do município de Pacatuba.

Os professores ingressaram em um curso de Magistério Indígena oferecido pela FUNAI em parceria com a SEDUC, quando então se ausentavam por dias, o que gerou questionamentos da comunidade. Mas quando esses professores concluíram o curso, a comunidade indígena passou a dar maior credibilidade às escolas indígenas Pitaguary e os professores passaram a buscar uma formação específica e convencional superior. Anos depois, com recursos da STN (Sistema de Transmissão do Nordeste S/A), empresa de linhas de transmissão que passam dentro da comunidade indígena Pitaguary, foi construída uma casa de apoio dentro da comunidade de Monguba, no município de Pacatuba, e a escola Ita-Ára passou a funcionar lá. Depois de anos de organização e peijas, o governo do estado do Ceará construiu a escola indígena Chuí e o prédio próprio da Ita-Ára. E assim foi feito uma melhor organização para melhor receber os alunos (crianças e adolescentes indígenas) Pitaguary.



Imagem 8: Escola Indígena Chuí. Maracanaú, CE.

Fonte: Leiliane Maria Alves da Silva, 2021



Imagem 9: Escola Indígena Ita-Ára

Fonte: <http://itaaraescola.blogspot.com>

Em 2012 houve uma nova conversa com o secretário da educação do município de Maracanaú, quando foi apresentada a necessidade de optar pelo vínculo com o município ou com o estado. Naquele momento, a escola Povo Pitaguary teve que optar entre um dos dois. Como a escola já era credenciada pelo município, essa foi a primeira opção para não termos que começar do zero.

Em 2015 a escola Povo Pitaguary sai em destaque como uma das 10 escolas do estado do Ceará que atingiram o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e recebe o prêmio escola nota 10. Hoje a educação escolar indígena Pitaguary já teve destaque e credibilidade da comunidade e instituições governamentais e não governamentais.

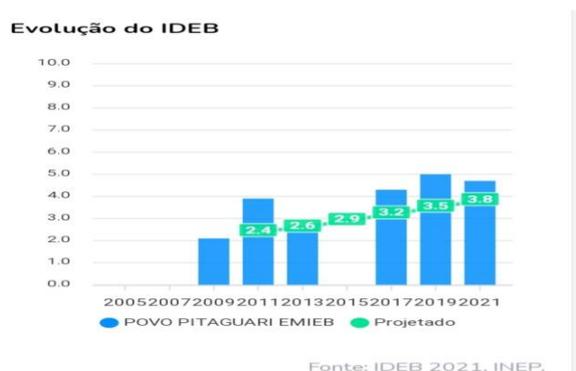


Imagem 10: Evolução do IDEB

Fonte: IDEB 2021, INEP

Depois de organizadas, as lideranças Pitaguary sempre pensaram em seus modos próprios de ensinar a cultura e a maneira tradicional de viver coletivamente dentro da aldeia.

Todavia, tais lideranças desconheciam o processo sistematizado da instituição escolar. Assim sendo, passou-se a ser pensada e vivenciada uma maneira de se conciliar os dois tipos de educação: a indígena, com suas práticas culturais e seus costumes, bem como a convencional, com suas regras e conteúdos para a atuação na sociedade vigente.

Cacique Daniel na época sempre em suas falas dizia que: “O povo Pitaguary necessita de uma educação diferenciada, uma que os prepare para a vida fora da aldeia, mas que não lhes tire as raízes” (*in memoriam*).

A busca pelo reconhecimento da Educação Escolar Indígena Pitaguary, suas práticas inovadoras e a valorização dos seus costumes, são aspectos de extrema importância para os Pitaguary, para um povo que tem como uma das principais metas a manutenção das especificidades culturais, precisaria também, segundo a percepção de suas lideranças, manter viva e cada dia fortalecer a cultura do seu povo.

## Educação Escolar Indígena Kanindé de Aratuba

De acordo com o PPP 2021, Pertencente à aldeia Fernandes. A história de luta dos índios Kanindé tem como marco o ano de 1995, por causa da conquista da chamada terra da gia, local que os índios Kanindé utilizavam para o cultivo de legumes, numa área de 300 hectares de terra que iria ser incluída na desapropriação pelo INCRA da Fazenda Alegre, cujos agricultores contestavam e afirmavam que os índios não habitavam naquele pedaço de chão. Essa disputa marcou um período de conflitos.

Então naquele momento os índios Kanindé saíram do anonimato, o que não havia ocorrido antes de 1995 por medo da insegurança e do preconceito, já que desde crianças ouviam dos antigos que os “brancos” perseguiam os índios.

Das lutas que se seguiram, temos a Educação Escolar Indígena do Povo Kanindé como um fruto colhido e que tem uma grande missão: ofertar um modelo de educação diferenciada, que possa valorizar a cultura em suas diversas áreas do conhecimento, promovendo o acesso dos alunos aos conhecimentos científicos necessários para o seu desenvolvimento educacional e acesso às instituições de ensino superior, com capacidades e habilidades necessárias para atender às demandas da comunidade diante da sociedade, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) 2021.

A Escola Indígena Kanindé trabalha em parceria com o Museu Kanindé de Aratuba (MK), realizando atividades relacionadas a noites culturais, palestras com guardiões da memória, oficinas de cultura, exposições, eventos culturais e esportivos.



Imagem 11: Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos.

Fonte: foto feita por Leila Kanindé. (Professora Indígena do Povo Kanindé de Aratuba).

Segundo o PPP-2021 da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, a educação Escolar Indígena do Povo Kanindé teve início em 1999. No começo foi muito difícil, principalmente por que foi marcado por um intenso processo de lutas e resistência. Lutas contra as invasões de seu território tradicional, que a todo custo queriam invadir e acabar com seus processos culturais e educacionais e, principalmente, contra as tentativas de negação da identidade e da negativa em se aceitarem como indígenas Kanindé. Foi partindo de todo esse processo que o Povo Kanindé buscou implantar a sua formação educacional diferenciada e específica para suprir suas necessidades, criando uma “escola do nosso jeito”. Só assim os índios kanindé amenizariam o grande preconceito que assolava a comunidade, vindo de outros segmentos da sociedade e também muitas vezes dentro da própria comunidade.

Os primeiros passos por uma escola de qualidade social e educação escolar indígena para o Povo Kanindé começam pelos professores Suzenilton Santos, Terezinha Barroso (*in memoriam*) e a liderança Benício Lourenço, que ao participarem de um seminário sobre educação escolar indígena na cidade de Caucaia, retornaram para a aldeia e convidaram outras lideranças indígenas para uma reunião na comunidade, onde foi discutida a ideia de formarem duas salas de aula de jovens e adultos. Os professores indígenas kanindé escolhidos foram Suzenilton Santos e Terezinha Barroso.

As aulas do povo Kanindé de Aratuba começaram debaixo das mangueiras com rodas de conversa com lideranças falando um pouco de suas experiências e contação de histórias. Depois, os professores citados trabalharam dois anos voluntariamente. Após muitas reuniões, audiência pública com representantes da SEDUC e da Associação Indígena Kanindé, foi desenvolvido um projeto para remuneração dos professores indígenas kanindé. Mas só a partir do ano de 2002 os professores indígenas passaram a ser remunerados.

O pagamento vinha através de um depósito feito em nome da Associação Indígena Kanindé de Aratuba – AIKA. Os professores iriam a partir de então ensinar em suas próprias casas.

Mas nem sempre foi assim. Terezinha Barroso (*in memoriam*), Filha de Isaura Barroso sempre lutou por uma educação diferenciada dentro da aldeia Fernandes. Foi agente de saúde, catequista e Professora Indígena, era considerada por todos uma pessoa guerreira e batalhadora que lutou até o fim de sua vida para que houvesse uma educação escolar indígena kanindé dentro da comunidade, juntamente com outras lideranças que se tornaram professores, como: Suzenilton Santos, Valdelia Gomes, Neuma Batista, Elenilson

Gomes e Suzenilson Santos, os quais lutaram por uma formação de professores para que a educação escolar indígena do povo Kanindé se tornasse realmente uma educação escolar de qualidade social.

Lideranças importantes também puderam participar desse movimento em torno da educação escolar do povo Kanindé, tais como: Cacique Sotero, Cícero Pereira, Pajé Maciel, José Maciel e José Francisco. (PPP) 2021.

Fica registrado aqui a imagem de Elenilson Gomes Dos Santos, que muito contribuiu com a educação escolar Indígena Diferenciada para o povo Kanindé de Aratuba e Terezinha Barroso (in memoriam) que ainda hoje é lembrada por todos os Kanindé de Aratuba e Kanindé de Canindé.



Imagem 12 Elenilson Gomes Dos Santos-  
Professor Indígena do povo Kanindé de Aratuba  
Fonte: [elenilson kanindé - Bing imagem](#)



Imagem 13: Terezinha Barroso(in memoriam)  
agente de saúde, catequista e Professora.

Depois da organização a favor da educação escolar indígena vieram às primeiras formações para os professores indígenas do estado do Ceará. O primeiro Magistério Indígena ofertado pela SEDUC teve início no ano de 2001, curso conseguido depois de muita batalha e que se tornou uma das maiores conquistas do povo indígena kanindé, pois veio dar sustentabilidade ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos indígenas kanindé, servindo também como suporte metodológico diante do processo de crescimento da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos.

De acordo com o PPP, o alunado foi crescendo e as salas de aula foram aumentando, a comunidade ainda não contava com um espaço físico adequado. Foi preciso dividir os alunos jovens e adultos justamente nas casas de famílias que tinham um espaço maior para recebê-los e através de uma diferenciação elaborada pela comunidade indígena

kanindé. Para atender essas necessidades foi que nasceram a partir de então a Escola de Ensino Fundamental e Médio Fernandes de Cima, a Escola de Ensino Fundamental e Médio Fernandes de Baixo e a Escola Manoel Francisco dos Santos.

Através do crescimento educacional do Povo Kanindé, foram criadas duas salas de aula com crianças com faixa etária de seis a dez anos de idade e como não tinha um espaço físico adequado para atender os alunos, fez-se necessário procurar o secretário da educação do município de Aratuba na época, para marcarem uma reunião na comunidade, pois “queríamos ocupar um grupo escolar que havia sido construído pela própria comunidade” (Cacique Sotero). O secretário aceitou o convite e levou com ele também a diretora da Crede(Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação), de Baturité estando nessa mesma reunião os dois professores escolhidos pela comunidade, Suzenilson da Silva Santos e Elenilson Gomes dos Santos, que juntamente com as lideranças tradicionais: Pajé Maciel, Cacique Sotero, Cícero Pereira, José Clovis, José Maciel, Senhor Bernardo, além de outros professores indígenas kanindé: Valdelia Gomes, Tereza Barroso, Luiz Maciel e Suzenilton Santos, que com muita luta conseguiram um espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Aratuba para lecionarem para essas crianças e jovens.

A história da Educação Indígena é bastante longa, desafiadora, com obstáculos e cheia de emoções, porque tudo o que o Povo Kanindé conquistou foi com dignidade e respeito. Atualmente a Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos conta com um prédio de dois andares, conquistado na luta das lideranças indígenas e moradores da Aldeia Fernandes. Hoje a escola oferece os cursos da Educação Infantil: Creche – Pré-Escola, Ensino Fundamental – 1º ao 5º Ano, Ensino Fundamental – 6º ao 9º Ano e Ensino Médio.

“A escola é um espaço democrático na sua própria concepção de se fazer educação, a mesma tem diversos elementos que compõem o todo. Cada um contribui no processo, os alunos, professores, funcionários, pais, conselho escolar e principalmente as lideranças. Toda essa relação se constrói junto, no ouvir, refletir, aplicar e antes de mais nada na parceria entre escola, pais e comunidade” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2021).

### **Educação Escolar Indígena Kanindé de Canindé**

A Comunidade Indígena Gameleira está localizada a 13 km da sede, Canindé - CE. Na aldeia habita a etnia Kanindé, que foi reconhecida em 2001 como povo indígena. Os dados são de uma pesquisa feita na comunidade pela Associação para Desenvolvimento

Local Co-produzido (ADELCO), cujo trabalho contribui também para que a etnia tivesse uma valorização enquanto povo e território indígena. Nesse caso, a Comunidade Gameleira tem resistido cada vez mais em seu território, fortalecendo seus laços culturais. A terra da Gameleira tem uma população estimada de 700 pessoas distribuídas, em 130 Famílias.

A Situação da Terra Indígena (TI) da Gameleira possui visita preliminar, realizada pela FUNAI, em 2003/2004 e está com o processo aberto nessa instituição, aguardando procedimentos iniciais de fundamentação antropológica.

Segundo o Blog da Escola Indígena Kanindé. (<https://escolakaninde-indio.blogspot.com>), os Kanindé estão localizados nos municípios de Canindé (sertão central) e Aratuba (serra de Baturité). Reforçando o que já informamos na Introdução, consta nas narrativas sobre nosso passado, que os Kanindé têm a história marcada por um longo processo de migrações forçadas. Apesar dessa condição histórica assinalada pela dispersão, nosso povo vem mantendo laços de parentesco e sociabilidade entre as comunidades do Sítio Fernandes e da Serra da Gameleira, que compõem a etnia.

É importante ressaltar que nossa origem remete ao chefe Kanindé, principal líder da tribo dos Janduís. Ele liderou a resistência de seu povo no século XVII, ocasião histórica em que o então rei de Portugal foi levado a assinar com ele um tratado de paz, firmado em 1692, no entanto rompido por parte dos portugueses. ADELCO 2001.



Imagem 14: Escola Indígena Expedito de Oliveira Rocha

Fonte: Carmelita Silva Rocha

Em alusão a esse chefe indígena e à ancestralidade, os descendentes do índio Kanindé passaram a ser identificados como Kanindé e isso ocorria com muitos

agrupamentos nativos. Segundo tradição oral, nossos ancestrais vieram da região do atual município de Mombaça, no Sertão Central. Vieram por Quixadá, pelas margens do Rio Curu, entre os rios Quixeramobim e Banabuiú, junto aos seus parentes Jenipapo, antes de alcançarem os seus locais de morada atuais.

Conta-se que chegaram ao Sítio Fernandes vindos da serra da Gameleira, também conhecida como serra do Pindar, em Canindé, tangidos pelas intempéries das secas, como a de 1877, e pelas invasões de suas terras por posseiros criadores de gado.

Um expressivo traço cultural herdado dos ancestrais é a cultura da caça, que se materializa na existência de diversas armadilhas, como o quixó de geringonça, utilizado no apresamento de animais como mocó, tejo, cassaco, peba, veado, nambu, seriema e juriti, sempre respeitando os períodos de gestação dos bichos. A relação de sustentabilidade que mantêm com a natureza é ensinada aos mais novos, pois buscamos garantir a permanência da caça para as próximas gerações. (<https://escolakaninde-indio.blogspot.com>).



Imagem 15: Expedito De Oliveira Rocha

Fonte: Carmelita Silva Rocha.

Os Kanindé são ligados aos Janduís e aos Paiacus, compondo grupos que descenderiam dos Tarairus. Como já enfatizamos, a história dos Kanindé é marcada desde tempos remotos por uma série de deslocamentos forçados. Todavia, conseguimos manter laços de parentesco entre as duas comunidades que compõem o grupo entre o Sertão Central e a Serra de Baturité.

A aldeia Gameleira conta com uma escola indígena a qual leva o nome de Expedito Oliveira Rocha, liderança indígena e rezador (*in memoriam*), que muito

contribuiu para o processo de identidade étnica e cultural desse povo. A escola Expedito Oliveira Rocha conta com um amplo espaço, onde há várias salas de aula e atende alunos indígenas da localidade. As disciplinas ensinadas na escola são de grande importância para o crescimento educacional dos curumins. Nas aulas de Artes e Expressão Corporal, os alunos desenvolvem atividades voltadas para a cultura indígena. A comunidade realiza o que chama de “Noite Cultural”, na última sexta-feira de cada mês, reunindo-se para desenvolver rodas de conversa entre os indígenas da aldeia, a fim de fortalecer seus laços.

### **2.3 Medicina tradicional dos povos indígenas Pitaguary, Kanindé de Aratuba e Kanindé de Canindé**

As plantas medicinais têm um papel muito importante na nossa saúde e o seu uso envolve o resgate de valores culturais e espirituais ao mesmo tempo. As aldeias indígenas carregam consigo sabedorias e forças sobre o ambiente onde vivem, tudo isso possibilita experiências com a terra e estarem diretamente ligadas com o meio, praticando assim, suas necessidades de sobrevivência, cura e fé. Nesse sentido, vale ressaltar a importância e o uso das plantas medicinais nas aldeias. As plantas e ervas presentes numa aldeia possibilitam que os povos estejam sempre as manuseando e utilizando-as para diversos fins dentro de suas comunidades.

Além das plantas medicinais, os povos indígenas também estão ligados à cura através da fé. Ou seja, acreditam que a reza pode curar e que a fé e as plantas estão sempre juntas e têm uma força de cura extraordinária. Tudo isso implica em uma crença que ao longo dos tempos vem fazendo parte dos costumes e valores dos Povos Indígenas do Ceará. Acreditar numa cura através das plantas faz, portanto, ver o quanto os indígenas estão firmes com suas crenças e espiritualidades (ANDRADE; SOUSA, 2016).

Ao falar neste trabalho sobre a medicina tradicional, as rezas e as práticas de curas de um povo, fazemos referência à etnia Kanindé de Aratuba, localizada em Sítio Fernandes, município de Aratuba, no maciço de Baturité, que vem ao longo dos anos se organizando e praticando esses saberes e crenças entre si. Sabe-se que as rezadeiras, curandeiros e pajés são pessoas muito importantes que fazem parte da tradição de um povo. Suas rezas e curas através da fé e das ervas medicinais nos fazem refletir sobre o quanto são responsáveis e entendedores dessas coisas que se pode chamar de sobrenaturais, pois quando se fala em saúde física, psíquica e espiritual das pessoas, eles têm o dom de curar.



Imagem 16: Dona Isaura Barroso mostrando o ramo( mato) que ela usava para a reza.

Fonte: PATRIMÔNIO para todos. 2012

Trazemos nesta cartilha algumas narrativas sobre Dona Isaura Barroso da Silva (*in memoriam*), parteira, rezadeira, moradora da aldeia Fernandes, em Aratuba, Ceará. Isaura Lucio nasceu e cresceu na aldeia Fernandes, casou, teve filhos, era uma mulher muito forte. Contava ela que “ficou órfã de mãe ainda na infância, foi criada pelo seu pai e sua madrasta, enfrentou muitos sacrifícios na vida, mas nunca reclamava de nada”. Desde muito cedo começou a rezar e fazer partos nas mulheres da aldeia. A mesma dizia que rezava porque era um dom dado por Deus. Sempre muito alegre e brincalhona, recebia em sua casa diariamente as pessoas que buscavam curas para quebranto, espinhela caída, dor de barriga, vento caído, dor de cabeça, dor de dente etc. Segundo sua neta Daniela Barroso Dona Isaura rezava em voz baixa e não era possível ouvir as suas rezas.

Dessa forma, suas rezas eram requisitadas por muitos da aldeia e até mesmo de fora dela. Não tinha hora marcada para ela curar, qualquer hora que alguém chegasse ela estava pronta. Também Deus lhe deu o dom de ser parteira e até seus 70 e poucos anos fez partos de muitas das mulheres que pediam ao marido para chama-la na hora que tava sofrendo com as dores do parto. Sendo assim, muitos dos casais passaram a lhe considerar como mãe de umbigo daquela criança e as mesmas lhe chamavam de mãe Isaura.

Durante a hora do parto, Dona Isaura dava toda a assistência necessária para que as crianças nascessem bem sem precisar ir para o hospital da cidade, quanto para as mulheres ajudando-as na hora da criança vir ao mundo. Enfim, a qualquer hora e a qualquer momento, fizesse chuva ou sol, dia ou noite, quando o marido da mulher grávida

em trabalho de parto chegasse lhe chamando, ela estava pronta, com sua sacolinha e dentro dela seus instrumentos que seriam necessários.

Uma das primeiras parteiras da comunidade, cujos braços trouxeram à luz muitos dos nossos curumins, acolhendo e abençoando seguidas gerações desse povo. Com uma simplicidade e um sorriso imenso no rosto, atendia ao povo. Ela era um ser de luz, a quem todos da região respeitavam e admiravam, por ser uma guerreira na busca de transparecer tudo que ela queria ensinar. Dona Isaura dizia que “uma raiz na qual a gente faz parte deve ser obediente às coisas da vida. Tudo que ela nos oferece deve se voltar de novo pra ela, a vida”.

Faz-se necessário citar também nesta cartilha a importância das práticas de cura de Dona Elizabeth Fidelis da Silva (*in memoriam*). Ela nasceu no dia 21/12/1950, filha de Luiz Fidelis da Silva e Raimunda Fidelis da Silva. Era rezadeira da aldeia Fernandes, do Povo kanindé de Aratuba e durante muito tempo foi parteira. Dona Odete ou mãe Odete, como era carinhosamente chamada, também fazia remédios caseiros e tinha um papel fundamental na aldeia. Era muito prestativa, carinhosa e esposa dedicada.

Ela foi, por muito tempo, parteira da aldeia Fernandes, etnia Kanindé de Aratuba. Como era muito difícil o acesso à cidade de Aratuba ou até mesmo ao hospital mais próximo, Dona Odete atendia as mães nas casas, fazendo os primeiros procedimentos até o parto. Todos confiavam em Dona Odete e sempre a chamavam para ser atendidos; é o que nos faz pensar com LÉVI-STRAUSS (2003), através do conceito de eficácia simbólica, aplicado a situações em que um dado povo reconhece e legitima um agente da cura, graças a um saber já testado e aprovado pela comunidade. Ela era muito procurada pelos moradores da aldeia e também por pessoas que vinham de outras cidades em busca de curas e de seus remédios caseiros.



Imagem 17: Elizabeth Fidelis da Silva

Fonte: Alunos da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos- 2018

Ela ajudava muito em suas rezas. Quando alguma pessoa adoecia na aldeia ou nos arredores, procuravam-na para rezar e quando a pessoa não podia ir até sua residência, ela rezava através das fotos que algum familiar trazia. Dona Odete também rezava em animais e fazia as curas dos mesmos. Ela deixou o povo Kanindé fisicamente em 2020, mas continua viva espiritualmente.



Imagem 18: Orlângela Da Silva Monteiro mostrando a garrafada (remédio caseiro) que ela faz para a cura de doenças.

Fonte: Maria Eduarda Santos, Aluna da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos.

Nas próximas linhas, relatamos sobre Orlângela da Silva Monteiro, índia Kanindé, nascida no dia 10/01/1966, filha de Francisca da Silva Monteiro e Manuel Monteiro filho. Nasceu em Sítio Fernandes, município de Aratuba, mas foi morar em Baturité, Ceará, aos seus 12 anos de idade, porém retornou ao seu local de origem e, de um certo tempo pra cá, vem fazendo alguns remédios caseiros utilizando as plantas medicinais da aldeia. Orlângela conta o seguinte: “Eu aprendi a fazer remédio com minha mãe, eu via ela fazendo e ia espiando e depois fui fazendo sozinha”.

Orlângela é uma mulher guerreira e entendedora da medicina tradicional. Sobrinha de Maria Elizabete, parteira e rezadeira já falecida, Orlângela seguiu os passos da tia e da mãe, que também fazia remédios. E até hoje Dona Orlângela segue a tradição deixada pelos seus antepassados.



Imagem 19: Maria Célia Ramos Vieira mostrando o ramo( mato) para a reza.

Fonte: Maria Ivonês Bernardo da Silva.

A descrição que trazemos aqui é baseada na oralidade que descreve a percepção da comunidade sobre a missão de suas rezadeiras. É o caso também de Maria Célia Ramos Vieira, nascida no dia 19/02/1965, filha de Maria Justinho Ramos da Silva e de Manuel Gonçalves Vieira, moradora da aldeia Fernandes, da etnia Kanindé de Aratuba. Ela fala sobre as práticas de suas rezas e curas. Célia fala sobre as rezas que ela tem costume de praticar, em quem costuma rezar, assim como também quem lhe ensinou a reza:

“Eu rezo de vento caído, quebrante, espinhela caída eu rezo também, quando a pessoa desmente o pé e incha, eu rezo também. Quem me ensinou as rezas foi meu pai que me criou, finado Manel Rosa, me ensinou algumas rezas, não todas, porque eles não ensinam tudo. Ele me ensinou pra espiela caída, vento caído, quebrante, desmentidura (quando alguém machuca o pé), cobreiro, dor de dente, dor de barriga, dor de cabeça. Dona Célia conta sobre as suas rezas. A mesma faz suas orações em voz alta e todos que estão sendo curados por ela ouve suas rezas. Diz Célia: “As rezas ou canto que eu rezo para dor de dente né dor de pontada, é dor de covidade e izipa” (segue reza abaixo):

“Para dor: Izipa, zipelão leva essa dor para as ondas do mar sagrado que te cure em nome do Senhor Jesus, ó Deus senhor maravilhoso eu te curo com 3 pai nosso e 3 ave Maria e um creio em Deus pai.”

“Ai tem a reza para espinhela caída” que é assim:

“Vou curar aica caída, espinhela caída que Jesus Cristo levantou, curar em nome do Senhor, da virgem Maria amém, eu te curo fulano de tal (nome da pessoa) em nome do

Senhor Jesus aica caída, espinhela caída que Jesus Cristo mandou, Deus te curai, Deus te dê tua saúde, ofereço essa reza a nosso Senhor Jesus Cristo, são Miguel arcanjo”.



Imagem 20: Célia Rezando para espinhela caída.

Fonte: Maria Ivonês Bernardo da Silva.

“Quando meu pai ia rezar, eu ficava ouvindo ele rezando e aprendi. Aí fiquei repetindo e rezando até hoje. As vezes as pessoas da aldeia me procura para eu rezar, são mais os de fora que vem”. A hora de rezar é às 6 horas da tarde e às 6 horas da manhã. Eu uso as coisas da mata: folha de mato, papoula, bassorina e pião roxo. Mato verde mesmo. Pra cada doença tem um mato diferente. Para vento caído já não precisa de ramo e nem pra espiela(costas) caída não precisa de mato verde. Já para quebrante, precisa de mato verde. Aí murcha o ramo, quando murcha é sinal de que a pessoa tá melhorando e que aquele mau tá saindo. Tá saindo àquela mazela, aquele inimizai (coisa ruim na fala dela). Para a cura ficar completa, tem que vim uma vez. Aí rezo daqui outras vezes por mensagem, pela fota, pelo nome que fica escrito no papel. Quando a pessoa não consegue vim, eu rezo de casa, quando que é espinhela caída, aí eu rezo uma vez só aqui mesmo. Para dismentidura (machucado no pé ou na mão), eu rezo uma vez para poder melhorar. As próprias pessoas da aldeia têm uns que acreditam e outros não acreditam. Tem uns que vêm pra cá e ficam bom e pronto. E tem outros que acho que acreditam”.

Célia nos diz: “As rezas ou canto que eu rezo para dor de dente, né, dor de pontada, é dor de covidade e izipa” (segue reza abaixo):

“Para dor: izipa, zipelão, leva essa dor para as ondas do mar sagrado, que te cure em nome do Senhor Jesus, ó Deus, Senhor maravilhoso. Eu te curo com 3 Pai Nosso e 3 Ave Maria e um Creio em Deus pai”.

Ela acrescenta: “todas as rezas pode ouvir, eu rezo alto. Agora uma coisa sumida que sumiu um objeto, uma coisa, eu já faço fora à parte, eu acendo a vela para o Menino Jesus aparecer. Se aparecer, tá aparecido, eu sigo pra frente; se não aparecer.. Depende também da fé das pessoas e do jeito que eu rezo nas pessoas, eu rezo nos animais, do mal de raiva, toda coisas ruim que tiver no animal eu encerro. Os que as pessoas que tem fé, os bichos fica bom, os que não tem, não fica. Rezo em cachorro, em porco. Só Deus que ilumina os caminhos dele, Senhor”.

Diz Célia: “Aí tem a reza para espinhela caída”, que é assim: “vou curar aica [*sic*] caída, espinhela caída que Jesus Cristo levantou, curar em nome do Senhor, da Virgem Maria, amém. Eu te curo, fulano de tal (nome da pessoa), em nome do Senhor Jesus, aica caída, espinhela caída que Jesus Cristo mandou, Deus te curai, Deus te dê tua saúde, ofereço essa reza a Nosso Senhor Jesus Cristo, são Miguel arcanjo”.

Faz-se necessário ressaltar aqui que assim como há as pessoas que são contra a evangelização dos povos indígenas que seguem uma cultura milenar e que se passarem a seguir outros caminhos religiosos ou espirituais, Nesse sentido, ele deixa de ser indígena, uma vez que perde a sua cultura tradicional. É importante dizer que a cultura e práticas medicinais não influenciarão nas crenças e mitos do povo, pelo contrário elas fortalecerão as tradições e vivências dos mesmos, tornando-os conhecedores de suas ancestralidades e de suas práticas medicinais.

### **A medicina tradicional e a ação dos curandeiros**

Os curandeiros têm uma função muito forte dentro da comunidade. Eles exercem um papel de liderança para a crença, espiritualidade e fé para aqueles que buscam uma cura. O doente que busca os curandeiros vai muito pela cura através da fé. Na comunidade indígena Pitaguary tem vários curandeiros e muitos são procurados para curas através de rezas ou rituais de cura (ANDRADE; SOUSA, 2016). Dentre eles, citamos o Pajé Barbosa (Raimundo Carlos, *in memoriam*), um líder da espiritualidade que acreditava e indicava muito a cura através da natureza. O pajé era bastante procurado para curas e para indicação de tratamento através da fé. Ele era o curandeiro maior da aldeia, a liderança cheia de espiritualidade que dividia seus conhecimentos com seus filhos. Toda uma tradição passada de pai para filhos.



Imagem 21: Raimundo Carlos da Silva ( Pajé Barbosa)

Fonte: <https://www.blogdolauriberto.com/2019/04/ceara-tem-14-povos-indigenas.html>

Nesta cartilha destaca-se também a curandeira Joaquina Helena de Sousa Silva, filha de um pai curandeiro, Pedro Joaquim de Sousa, que repassou os ensinamentos de cura através da espiritualidade para sua filha ainda jovem, pois o mesmo sentia que ela tinha o dom da cura.

Ela iniciou os momentos de reza com jovens, idosos e crianças da aldeia. Rezava em osso desconjuntado ou desmentido, como é conhecida essa forma de adoecer. Durante a cura ela sempre falava essa denominação de osso desconjuntado. Pessoas a procuravam com perna, pé, mão ou dedo desmentido. Ela rezava utilizando um novelo de linha e uma agulha, colocando-os em cima do local afetado e realizava uma reza para osso desconjuntado. Nesses momentos ninguém ouvia os dizeres da reza. Ela costurava o novelo como se estivesse costurando a parte afetada. Depois de 7 dias rezados e colocando um remédio que ela indicava, à base breu e clara de ovo, a pessoa ficava curada.

Rezava em espinhela para a mulher e em arca caída para homem, utilizando um cordão para medir os ombros, do dedo mindinho ao cotovelo e no homem, do pescoço ao umbigo. Depois passava a rezar 3 dias seguidos, sempre levantando as mãos da pessoa sob a porta da sala ou da cozinha. Quando chegava ao terceiro dia, media novamente e a pessoa estava curada, pois as partes que antes o cordão ultrapassava agora mediam igualmente.



Imagem 22: Joaquina Helena de Sousa Silva

Fonte: registro de Maria Cristina da Silva

Era muito procurada por mães com crianças recém-nascidas para rezar em seus filhos na ocorrência de doenças graves. Teve momentos de ela sentir quando a criança não ia resistir. As famílias a buscavam muito para a cura nas crianças com vento caído, quebranto. Muitas vezes as crianças chegavam praticamente desenganadas e depois da reza logo se espertavam e conseguiam sorrir e comer. Seus filhos e netos eram curados através de suas rezas e remédios caseiros que ela mesma fazia ou indicava para a cura. Nas rezas ela gostava de utilizar plantas como, por exemplo, o peão roxo, do qual ela utilizava três folhas para cada pessoa ou, às vezes, três ramos de vassourinha com um pires, água e sal grosso, visando proporcionar a cura e o bem estar da pessoa doente. E quando a criança ou a pessoa na qual ela rezava estivesse bem abatida ou a criança com quebranto, as folhinhas murchavam bastante, que chegavam a enrolar e no final ela as jogava bem distante, também fazendo uma reza. Em suas curas não aceitava recompensas nem pagamentos, pois ela acreditava que era um dom dado por Deus e não se podia cobrar pelo dom da vida.

Sempre foi uma mulher de muita fé e todos os dias fazia suas orações espirituais diárias com seu santo rosário, agradecendo por cada dia vivido e pedindo força e fé para a cura e para ela e sua família. Tem momentos em que há doenças que os médicos não conseguem curar (HELMAN, 2009), mas a medicina tradicional oferece essas chances através dos conhecimentos das raízes, das cascas, lambedores, garrafadas que muito significam para os povos indígenas. Como neta de curandeira, Maria Cristina da Silva, uma das autoras deste trabalho, sempre teve muita vontade que sua avó Joaquina Helena lhe repassasse esses conhecimentos. Porém, Cristina acredita que talvez não tivesse esse dom, pois sua avó encantou-se e não conseguiu repassá-lo.

### 3- CONCLUSÃO

Para Concluir enfatizamos a importância que devemos dar às nossas memórias, nossas origens e aos nossos direitos ao longo da história. Os povos indígenas já sofreram muito no passado calados e hoje podemos falar que devemos registrar as nossas oralidades, nossas conquistas e os nossos direitos enquanto Indígenas e donos destas terras.

Fazer essa cartilha fez nos aprofundar mais na histórias desses três povos e a trajetória sobre a luta pelo direito dos povos indígenas Pitaguary, Kanindé de Aratuba e Kanindé de Canindé e a história da educação escolar indígena desses povos e a grande importância da valorização e utilização da medicina tradicional ainda utilizada por esses povos, como também a cura feita por rezadeiras (rezam com a utilização de ramos) e curandeiros (cura através da fé espiritual) dentro da aldeia.

Continuar com essa proposta de cartilha nos dar a certeza de que nossas falas precisam também está no papel, para não deixarmos acabar a essência do que somos indígenas.

Sabe-se que Cultura indígena são conjunto de valores, conhecimentos, crenças e costumes de um povo. Importante destacar que não existe uma única cultura indígena, mas uma enorme diversidade cultural representada por civilizações autônomas, com modos de pensar e agir únicos. Nesse sentido a luta pelos direitos, tanto saúde, educação, terra e identidade cultural estão ligados aos diversos fatores que une esses povos que lutam por uma terra demarcada e por garantias tradicionais.

Vale ressaltar a importância dessa cartilha para os povos Indígenas do Ceará que a cada ano lutam por materiais educacionais e tradicionais que fale sobre a realidade de todos os povos indígenas e que fortaleçam as vivências e costumes destes povos. Aqui inicia um processo de estruturação na qual faz com que cada um dos povos citados aqui e outros venham a ter vez e voz e oportunidades pela frente para continuar avançando. Diga ao Povo que avance, avançaremos.

#### 4.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, João Tadeu; SOUSA, Carlos Kleber Saraiva de. Práticas indígenas de cura no Nordeste brasileiro: discutindo políticas públicas e intermedicalidade. Anuário Antropológico, Brasília, UnB, v. 41, n. 2, p. 179-202, 2016.

CEARÁ. Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos. Povo Kanindé. Projeto Político-Pedagógico. Sítio Fernandes, Aratuba-CE,2021.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HELMAN, Cecil G. *Cultura, saúde e doença*. Porto Alegre, RS: 2009.

<https://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/06/artigo-SEMIC>.

<https://www.bing.com/images/search>

<http://escolakaninde-indio.blogspot.com/>. 2016.

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pitaguary>

KOLLING, Patrícia; SILVESTRI, Magno. Reflexões sobre território e terra indígena: aspectos culturais, sociais e jurídicos. Revista Para Onde!?, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 211-226, 2019.

LÉVI-STRAUSS, C. “O Feiticeiro e Sua Magia”; “A Eficácia Simbólica”. In: *Antropologia Estrutural*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. Pp. 193-213; 215-236.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, 322. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A Viagem de Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria; LACED, 2004. Pp. 13-43.

PATRIMÔNIO para todos. Wordpress.com/tag/comunidade- indígena-de-sitio-Fernandes. 2012.

**(QUEM SOMOS | escola-kaninde (kanindeescola.wixsite.com)).**